



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2014 - 2015



HISTÓRICO DE VERSÕES

Data	Versão	Descrição	Autor
27/08/2014	1.0	Plano Diretor de Tecnologia da Informação – v 1.0	GT-PDTI
/ /			
/ /			

Obs: Esta primeira versão do PDTI 2014/15 do Ministério de Minas e Energia foi realizada em conformidade com o Guia de Elaboração do PDTI do SISP. As atualizações posteriores serão feita de acordo com o Procedimento “Controle de Documentos”, sendo requisito estar em concordância com a Norma ISO 9001:2008 – Sistema de Gestão da Qualidade.

NOTA DE ATUALIZAÇÃO DE VERSÃO

Primeira versão do PDTI balizada pelo Guia de Elaboração do PDTI do SISP.

Assinaturas de autoridades, incluindo o ministro de Minas e Energia, no rodapé da página.



LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: FLUXO DO PDTI

FIGURA 2: ORGANOGRAMA MME

FIGURA 3: RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

FIGURA 4: RELAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS E INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

FIGURA 5: ORGANOGRAMA SPOA

FIGURA 6: ORGANOGRAMA CGTI

FIGURA 7: MAPA ESTRATÉGICO

FIGURA 8: ALINHAMENTO ÀS ESTRATÉGIAS DA ORGANIZAÇÃO

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: ETAPAS E FERRAMENTAS DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

TABELA 2: RESULTADOS DA ANÁLISE SWOT

TABELA 3: FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

TABELA 4: RECURSOS HUMANOS DA CGTI

TABELA 5: STATUS DO PLANO DE AÇÃO DO PDTI 2009 – 2010

TABELA 6: AMBIENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MME

TABELA 7: RELAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DO MME

TABELA 8: OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DA TI

TABELA 9: PAINEL DOS INDICADORES E METAS

TABELA 10: NECESSIDADES DE TI

TABELA 11: PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE TI 2014

TABELA 12: PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE TI 2015



SUMÁRIO PDTI

HISTÓRICO DE VERSÕES	2
NOTA DE ATUALIZAÇÃO DE VERSÃO.....	2
LISTA DE FIGURAS.....	3
LISTA DE TABELAS.....	3
SUMÁRIO PDTI.....	4
APRESENTAÇÃO.....	6
1. INTRODUÇÃO	7
2. METODOLOGIA.....	8
3. PROCESSO DE REVISÃO DO PDTI	9
4. ESCOPO.....	10
5. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA.....	10
6. A INSTITUIÇÃO E SEU PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	11
IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA SPOA	15
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SPOA	15
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CGTI	16
ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DA SPOA E CGTI.....	16
7. ANÁLISE DE SWOT E FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	18
RESULTADO DA ANÁLISE SWOT PELO COMITÊ DE TI.....	19
FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	20
8. ADERÊNCIA À IN N° 04/MPOG	21
9. DIRETRIZES MME	22
10. RECURSOS HUMANOS CGTI (SERVIDORES E COLABORADORES)	22
11. RESULTADOS DO PLANO DE AÇÃO DO PDTI 2009 – 2010	22
12. LEVANTAMENTO DO AMBIENTE DE TI EM 2014.....	24



13. RELAÇÃO DE SISTEMAS	26
14. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E ESTRATÉGIAS DE TI.....	28
15. ESTRATÉGIAS DA CGTI	29
16. PAINEL DE INDICADORES E METAS.....	33
17. DIAGNÓSTICO DE NECESSIDADES.....	34
NECESSIDADES IDENTIFICADAS	34
18. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE TI.....	36
19. PROCESSO DE REVISÃO DO PDTI	40
20. TERMOS E ABREVIACÕES.....	40
21. CONCLUSÃO	41
22. APROVAÇÃO	42



APRESENTAÇÃO

A Instrução Normativa nº 04/2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) em seu Art. 2º, Inciso XXII, define o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) como o instrumento de planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação (TI) que visa atender às necessidades tecnológicas e de informação de um Órgão ou entidade para um determinado período.

O Comitê de Tecnologia da Informação do MME, instituído por meio da portaria SPOA nº 55, de 02 de maio de 2012, elaborou o presente Plano Diretor de Tecnologia da Informação segundo a metodologia preconizada pelo MPOG, que insere elementos de cunho estratégico no PDTI, originalmente de caráter mais tático. Dessa forma, o documento ora apresentado cumpre o papel de instrumento de Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), norteador das ações de Tecnologia da Informação para o período de 2014-2015.

Com a finalidade de alinhar as necessidades de negócio com o contexto vigente, são previstas revisões anuais desse Plano, mantendo sempre seu caráter estratégico.

O presente documento está organizado em 22 capítulos que permitem identificar os principais elementos do planejamento.



INTRODUÇÃO

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do MME tem por objetivo nortear as estratégias e ações relativas à Tecnologia da Informação, no âmbito do MME, para o período de 2014 a 2015, em consonância com a administração estratégica do Ministério de Minas e Energia.

A Elaboração do PDTI baseou-se no processo de gestão, no planejamento de TI e nos processos organizacionais, identificando sete fatores de excelência organizacional que são considerados chaves para o sucesso de uma organização:

- (a) Estratégia,
- (b) Recursos Organizacionais,
- (c) Tecnologia,
- (d) Estrutura Organizacional,
- (e) Controles Internos,
- (f) Modelo de Gestão, e
- (g) Cultura Organizacional.

O princípio deste documento é orientar o planejamento e a execução das ações de TI deste Ministério sempre em observância ao atendimento das necessidades institucionais. O planejamento das ações aqui inseridas possui um horizonte temporal de curto a médio prazo, é dinâmico e pode sofrer adequações nos momentos de análise crítica, conforme a necessidade.

Além disso, a crescente e ininterrupta demanda por soluções de TI presente em todos os órgãos da Administração Pública, exige das respectivas estruturas de Tecnologia da Informação uma capacidade de atendimento ágil e eficiente, fazendo uso de uma gestão operacional focada em resultados e apoiada em parcerias que busquem soluções continuadas para agregar valor às áreas de negócios.

Nesse contexto, torna-se fundamental a criação de um marco estratégico para o desenvolvimento das ações relativas à Tecnologia da Informação, no caso o PDTI, que estabelece critérios de desempenho capazes de atender às necessidades do MME.



METODOLOGIA

A elaboração do PDTI absorve as orientações e boas práticas do Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática da Administração Pública Federal (SISP/MPOG), adaptada à realidade institucional deste Ministério, correlacionando à análise de SWOT e seus respectivos indicadores e metas com os objetivos estratégicos, agrupados conforme as perspectivas relacionadas abaixo:

- a) Sociedade
- b) Econômico Financeiro
- c) Clientes Internos
- d) Processos Internos
- e) Aprendizado e Crescimento

Os documentos básicos da metodologia são: o Modelo de Referência de PDTI do SISP, versão 1.0, 2011-2012 e o Guia Prático de Elaboração de Plano Diretor de Tecnologia da Informação, que disponibiliza informações com conteúdo e qualidade mínimos para aprimorar a gestão da Tecnologia da Informação nos Órgãos da Administração Pública Federal.

A metodologia apresentada abaixo é amplamente difundida entre as diversas organizações, o que possibilita a escolha da ferramenta adequada, a fim de atender às necessidades específicas do MME. A metodologia foi composta das seguintes etapas:

1. Desenvolvimento da declaração de Missão
2. Estabelecimento da Visão de Futuro
3. Avaliação do Ambiente Externo
4. Avaliação do Ambiente Interno
5. Definição de Objetivos Estratégicos de acordo com o Balanced Scorecard
6. Geração, avaliação e seleção de Estratégias
7. Estabelecimento de Políticas e Diretrizes
8. Elaboração de Planos de Ação e alocação de recursos
9. Medição e Avaliação do Desempenho



Colocando as etapas do PDTI dentro das nossas perguntas básicas teremos:

PERGUNTA BÁSICA	ETAPAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TI	TECNOLOGIA OU FERRAMENTA
Quem somos?	1 – Declaração da Missão organizacional	Definição da missão, análise dos stakeholders, valores e crenças compartilhados, competências essenciais.
Aonde vamos?	2 – Estabelecimento da Visão de Futuro	Definição da visão de futuro ou intento estratégico
Onde / como estamos?	3 – Avaliação do Ambiente Externo 4 – Avaliação do Ambiente Interno	Análise de pontos fortes e fracos, análise de ameaças e oportunidades, análise de cenários, fatores críticos de sucesso, Análise das necessidades, recursos e capacidades chave.
Como vamos?	5 – Definição de objetivos estratégicos 6 – Seleção de Estratégias 7 – Políticas e Diretrizes 8 – Planos de Ação 9 – Medição e Avaliação do Desempenho	Objetivos-chave, estratégias, políticas, controle estratégico, <i>Balanced Scorecard</i> e ciclo PDCA.

TABELA 1: ETAPAS E FERRAMENTAS DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

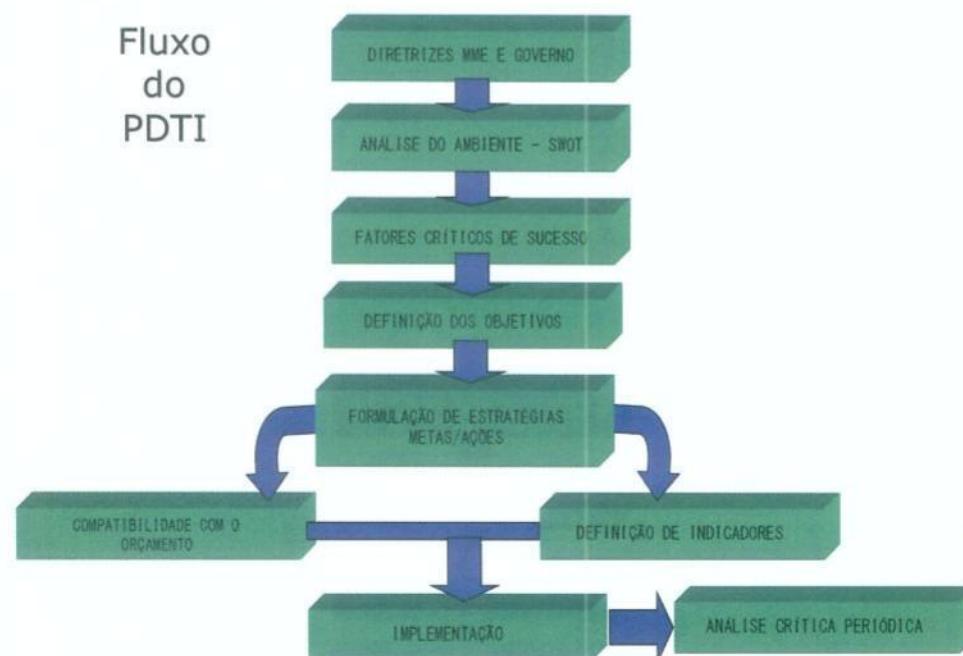


FIGURA 1: FLUXO DO PDTI



Processo de Revisão do PDTI

O referido documento tem validade de setembro de 2014 a dezembro de 2015, com sua revisão Anual prevista para o mês de setembro de 2015. As revisões do PDTI são de responsabilidade do Comitê de TI do MME, que deverá decidir sobre a constituição de equipe de trabalho específica.

Além das revisões anuais, alguns elementos podem motivar atualizações do PDTI, em que se destaca a necessidade de implementação de normas federais em relação à Gestão de TI e de alterações nas demandas de TI, ocasionadas por mudanças nas políticas regulatórias do MME.

Escopo

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação do MME relaciona os requisitos técnicos pertinentes às ações de TI no MME, exceto os aspectos relacionados a objetivos estratégicos de longo prazo. As informações foram colhidas por meio de entrevistas, em âmbito gerencial e operacional da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação.

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Abaixo segue os documentos utilizados como fonte de referência na elaboração do PDTI – 2014 - 2015.

- a) Constituição Federal
- b) Plano Plurianual – PPA
- c) Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO
- d) Lei Orçamentária Anual – LOA
- e) Decreto-lei nº 200/1967
- f) Decreto nº 2.271/1997
- g) Instrução Normativa SLTI/MP nº 04/2010
- h) Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003
- i) Política de Segurança da Informação do MME
- j) Relatório de Gestão SPOA
- k) PDTI 2010-2011
- l) Análise SWOT da CGTI
- m) Modelos e Padrões de Governo Eletrônico: e-Ping, e-Mag e e-PWG



n) Inventário de Ativos

A INSTITUIÇÃO E SEU PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Ministério de Minas e Energia foi criado em 1960, pela Lei nº 3.782, de 22 de julho de 1960. Anteriormente, os assuntos de Minas e Energia eram de competência do Ministério da Agricultura.

Em 1990, a Lei nº 8.028 extinguiu o MME e transferiu suas atribuições ao Ministério de Infraestrutura, criado pela mesma lei, responsável também pelos setores de transporte e comunicações. A Pasta de Minas e Energia ressurgiu em 1992, por meio da Lei nº 8.422.

Em 2003, a Lei nº 10.683/2003 definiu como competências do MME as áreas de geologia, recursos minerais e energéticos; aproveitamento da energia hidráulica; mineração e metalurgia; e petróleo, combustível e energia elétrica, incluindo a nuclear.

Em 15 de março de 2004, por meio da Lei nº 10.847, foi autorizada a criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A EPE tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético. Outra empresa pública ligada ao Ministério de Minas e Energia é o Serviço Geológico do Brasil (CPRM), responsável pela geração de levantamentos geológicos e hidrológicos básicos do Território Nacional.

Também em 15 de março de 2004 foi criado pela Lei 10.848 o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), com a função de acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletro-energético em todo o território nacional.

O Ministério de Minas e Energia tem como empresas vinculadas a Eletrobrás e a Petrobrás, empresas de economia mista. A Eletrobrás, por sua vez, controla, as empresas Furnas Centrais Elétricas S.A., Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), Centrais Elétricas S.A. (Eletrosul) e Eletrobrás Termonuclear S.A. (Eletronuclear).

As secretarias de Planejamento e Desenvolvimento Energético; de Energia Elétrica; de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis; e Geologia, Mineração e Transformação Mineral foram criadas pelo Decreto nº 5.267, de 9 de dezembro de 2004.



A atual estrutura organizacional do MME foi regulamentada pelo Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012, que compõe o Gabinete do Ministro, a Secretaria Executiva, Assessoria Econômica; Consultoria Jurídica; Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis; de Energia Elétrica; de Planejamento e Desenvolvimento Energético; e de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.

Entre as autarquias estão a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e Agência Nacional de Petróleo (ANP) e o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Em 2013, o MME deu continuidade às atividades iniciadas em 2012, visando a implantação e implementação de um planejamento estratégico institucional. O termo de referência, base de sustentação para a contratação de Consultoria Especializada, que atuará com as equipes técnicas do MME, está concluído. A Secretaria Executiva realizou reunião em 12/09/2013 com todos os secretários das áreas finalísticas, na qual foi apresentado oficialmente o interesse do Sr. Secretário-Executivo de levar adiante a implantação do Planejamento Estratégico, no âmbito do MME.

Naquela reunião foi mostrado o cronograma de trabalho para essa implantação, a situação atual do Termo de Referência, os diversos sistemas de planejamento desenvolvidos pelo MME ao longo dos últimos 4 anos, tais como o sistema de Informações Gerenciais – SIGE, o Plano Gestão desenvolvido pelo gabinete do Ministro e a necessidade e a oportunidade da implantação do Planejamento Estratégico do MME, a exemplo dos diversos órgãos e ministérios (TCU, Ministérios da Fazenda, Saúde, Planejamento e outros).

Na citada reunião ficou decidida a formação de uma Comissão Técnica por Portaria com representantes das diversas secretarias e da SPOA para avaliar e aprovar o Termo de Referência. A referida Portaria (nº 22, de 12/12/2013) foi assinada e, em janeiro 2014, foram realizadas as primeiras reuniões da Comissão Técnica de Planejamento Estratégico-CTPE visando aquele objetivo.

O Termo de Referência foi aprovado pela Comissão Técnica e enviado oficialmente à Diretoria de Programas, em 19/03/2014, para providências de contratação com o Banco Mundial de empresa consultora especializada para implantação do Planejamento Estratégico do MME.



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

LEGENDA:

VINCIULADO
SUBORDINADO

DECRETO Nº 7.798, DE 12/9/2012
DECRETO Nº 8.063, DE 1/8/2013

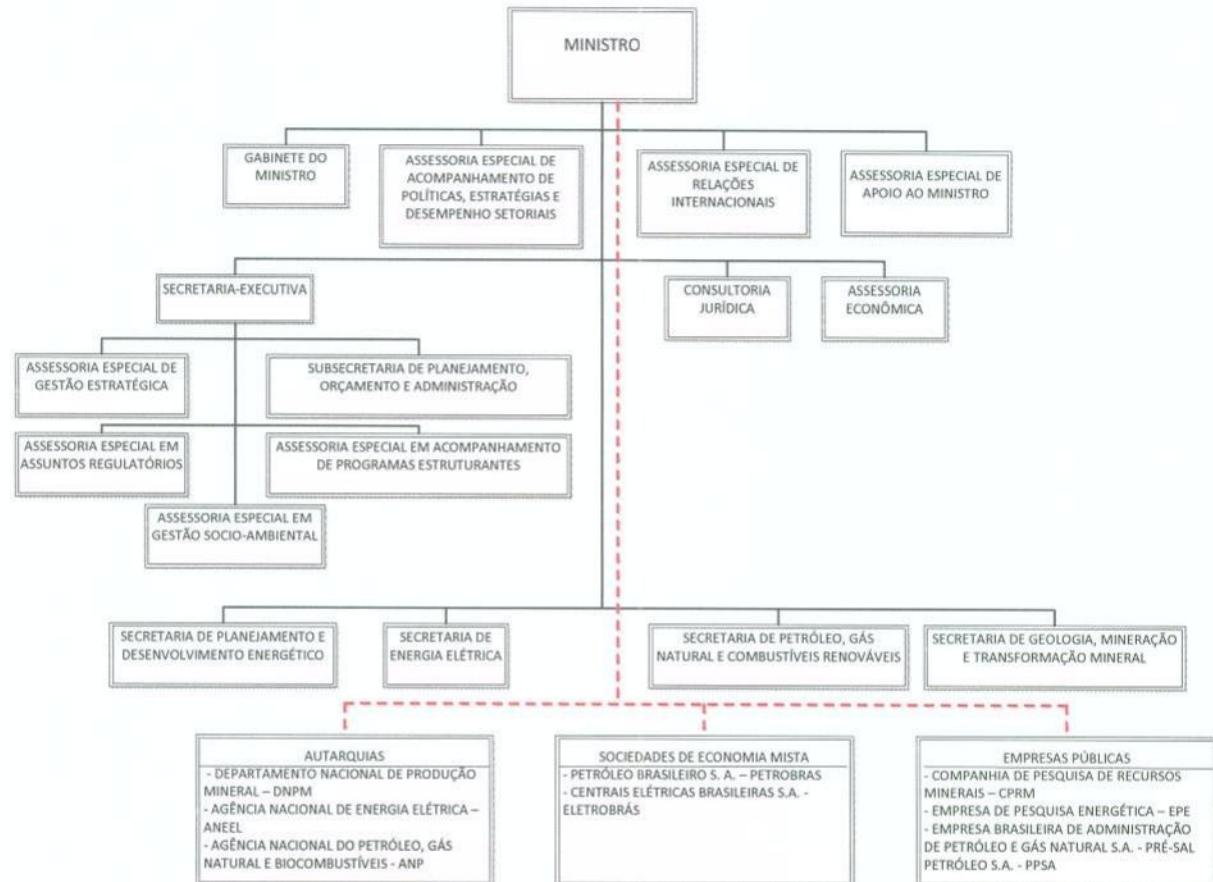


FIGURA 2: ORGANOGRAMA MME



A figura a seguir demonstra como ocorre a relação entre o PPA e os outros instrumentos de planejamento citados - PEI, PETI e PDTI, além da EGTI e da contratação de soluções de TI.

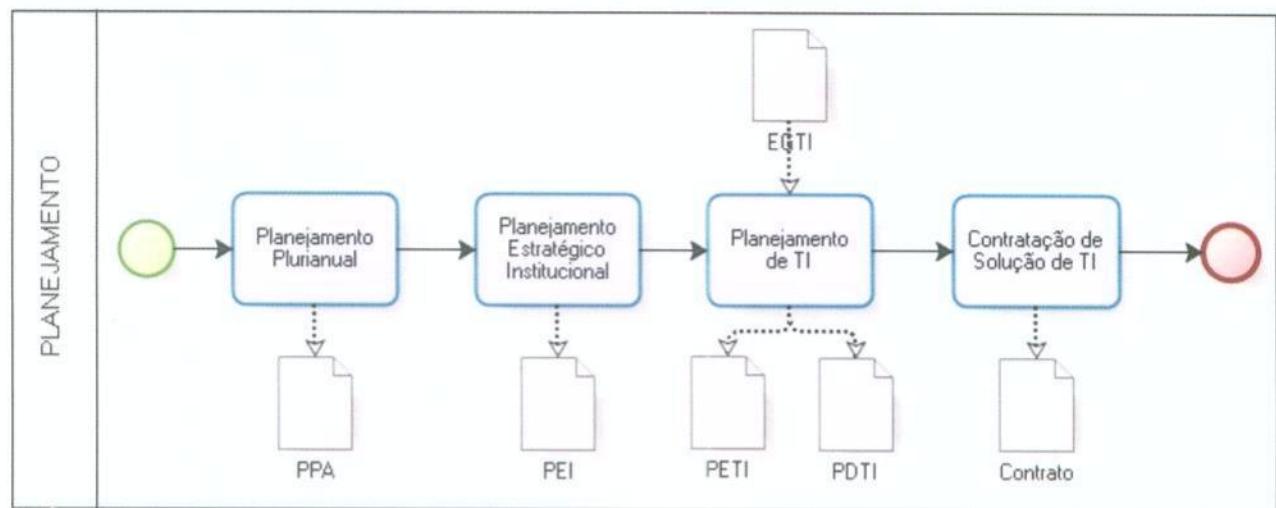


FIGURA 3: RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

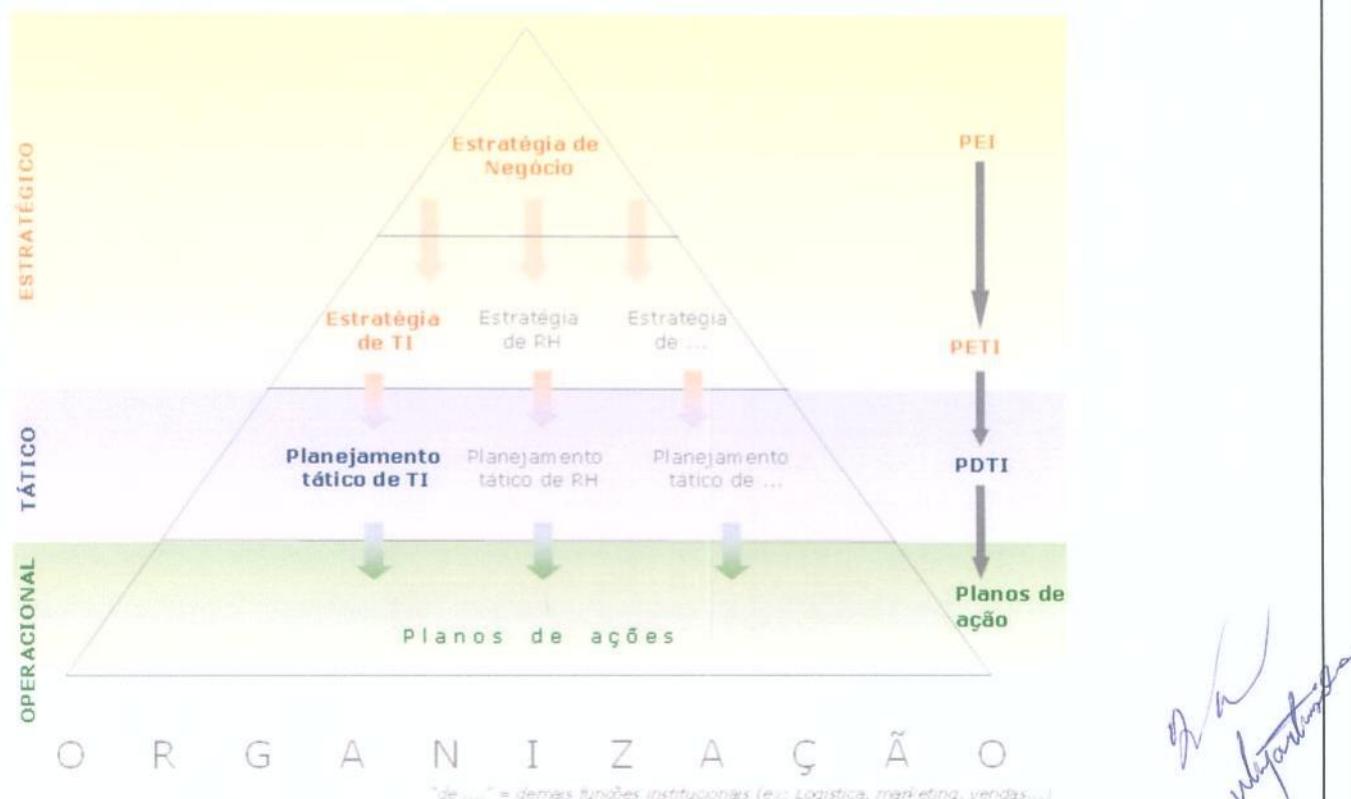


FIGURA 4: RELAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS E INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO



Identificação e Atributos da SPOA

Poder e Órgão de Vinculação

Poder: Executivo

Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia Código SIORG: 2852

Identificação da Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Denominação Abreviada: SPOA

Código SIORG: 8932 Código LOA: 32101 Código SIAFI: 320002

Situação: ativa

Natureza Jurídica: Órgão Público (Administração Direta do Poder Executivo Federal)

Principal Atividade: Administração Pública em Geral Código CNAE: 8.411-6

Telefones/Fax de contato: (061) 2032-5646 (061) 2032-5101 (061) 2032-5678 (fax)

Endereço Eletrônico: spoa@mme.gov.br Página na Internet: <http://www.mme.gov.br>

Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", Brasília-DF, CEP 70065-900

Estrutura Organizacional da SPOA

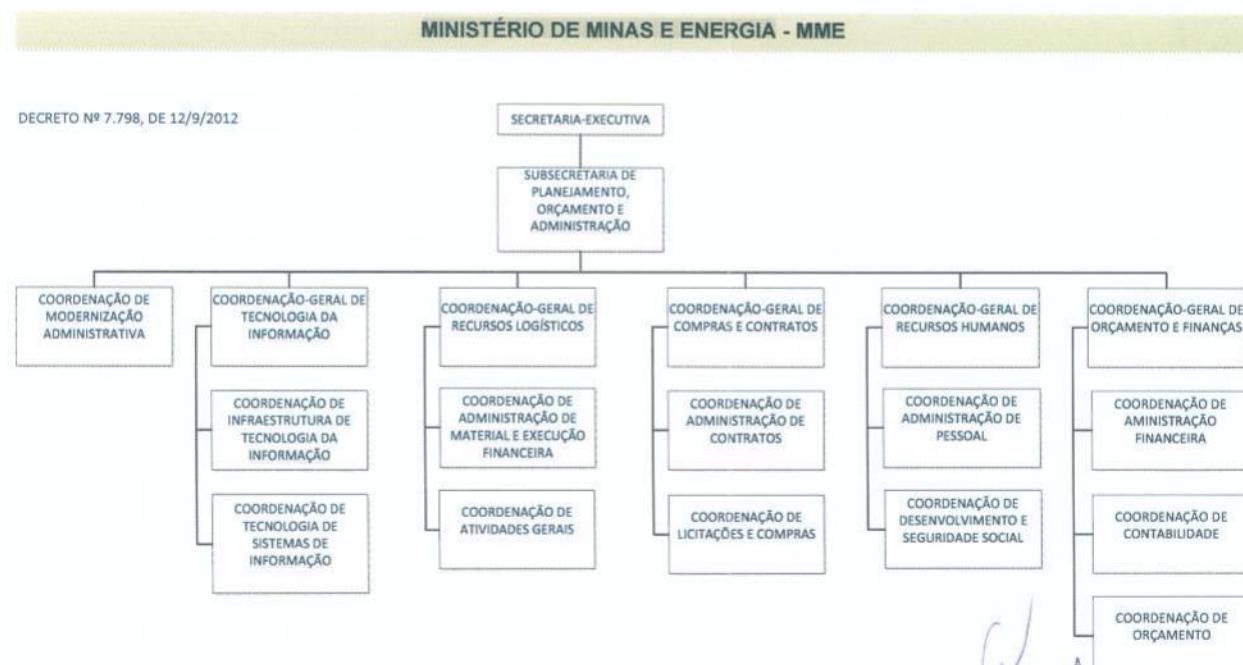


FIGURA 5: ORGANOGRAMA SPOA



Estrutura Organizacional da CGTI

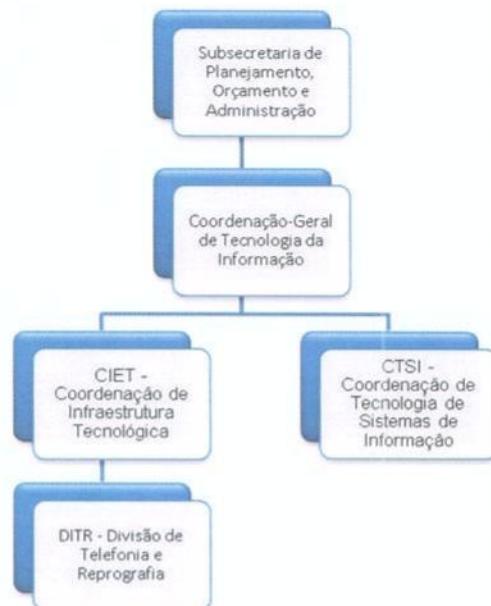


FIGURA 6: ORGANOGRAMA CGTI

Atribuições e Responsabilidades da SPOA e CGTI

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, Órgão integrante da estrutura da Secretaria-Executiva do Ministério de Minas e Energia, de acordo com o estabelecido no Decreto no 7.798, de 2012, tem como competência regimental:

- Planejar, coordenar e monitorar a implementação das atividades relativas à organização e modernização administrativa, e as relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Contabilidade, de Administração Financeira, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Administração de Recursos Humanos e de Serviços Gerais, no âmbito do Ministério;
- Articular os sistemas referidos no item anterior com o Órgão Central e informar e orientar os Órgãos do Ministério de Minas e Energia, sobre o cumprimento das normas administrativas estabelecidas;
- Orientar e consolidar a formalização das propostas orçamentárias do Ministério e de suas entidades vinculadas, incluídos o orçamento fiscal e o da segurança social, compatibilizando-as com os objetivos, metas e alocação de recursos, em



conformidade com as diretrizes do Órgão Central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;

- Elaborar e consolidar os planos e programas das atividades de sua área de competência e submetê-los à apreciação superior;
- Monitorar e avaliar projetos e atividades;
- Desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil, no âmbito do Ministério; e
- Realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário.

No contexto de suas atribuições regimentais, a SPOA tem como finalidade prover as secretarias do MME dos meios administrativos (recursos humanos, logísticos, orçamentários e financeiros, materiais **e de tecnologia da informação**) necessários à gestão de ações, projetos e programas, assegurando a manutenção e o funcionamento do Ministério, com vistas ao efetivo cumprimento da missão institucional desta Pasta. Assim, os macroprocessos da SPOA tem como função apoiar, prioritariamente, os macroprocessos finalísticos.

Como nos exercícios anteriores, a SPOA manteve os objetivos permanentes que ancoram o desenvolvimento das ações e dos projetos, quais sejam:

- Buscar a agilidade no atendimento de demandas das diversas unidades administrativas do Ministério;
- Promover a melhoria contínua da infraestrutura física e dos processos de trabalho;
- Atuar com eficiência e transparência na gestão dos recursos orçamentários e financeiros;
- Estimular a capacitação e o desenvolvimento do corpo funcional do Ministério;
- Promover medidas socioambientais no ambiente de trabalho; e
- Intensificar o processo de comunicação.

Também, quanto aos objetivos, eles estão sintetizados na meta intermediária da SPOA: Otimizar a Gestão de Recursos do MME, que compõe o processo de aferição do desempenho institucional do Ministério, referente ao período de 1º de outubro de 2011 a 30 de setembro de 2012 (3º ciclo de avaliação), conforme dispõe a Portaria nº 1, de 17 de fevereiro de 2012, do Secretário-Executivo.



As atribuições e responsabilidades da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação definidas são as seguintes:

I – Orientar a formulação de estratégias e diretrizes de planejamento de tecnologia da informação para o Ministério, incluindo a segurança das informações eletrônicas;

II – Proporcionar aos Órgãos do Ministério meios e recursos técnicos de tecnologia da informação que facilitem o desenvolvimento das atividades, bem como o acesso às informações e base de dados disponíveis;

III – Dimensionar e especificar as aquisições de equipamentos de informática, de "software" e de novas tecnologias, bem como aprovar, tecnicamente, os processos pertinentes no âmbito do Ministério;

IV – Manter articulação com os Órgãos Central, setoriais e seccionais do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática;

V – Definir as necessidades orçamentárias para tecnologia da informação;

VI – Promover a manutenção do "site" do Ministério, na Internet e Intranet, em articulação com a Assessoria de Comunicação do Gabinete do Ministro; e

VII – Coordenar e promover a fiscalização da execução dos contratos de prestação de serviços de tecnologia da informação, a cargo da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação.

ANÁLISE DE SWOT E FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

A análise SWOT é uma análise do ambiente externo e interno de um órgão, como ferramentas de apoio ao seu processo de planejamento.

Dessa forma, foi realizado um trabalho interno na CGTI do MME no sentido de identificar as forças e as fraquezas dos processos internos de competência dessa Coordenação, responsável institucional pelo processo de Tecnologia da Informação, seguidos da identificação das oportunidades decorrentes de fatores favoráveis verificados no ambiente onde a CGTI opera, bem como as ameaças decorrentes de fatores desfavoráveis e mudanças sazonais ou permanentes do ambiente externo.



O resultado dos estudos realizados, apresentado na Tabela 2, permite entender melhor o ambiente organizacional da TI e auxiliar na busca de formas de evoluir a gestão, corrigindo as fraquezas e ameaças encontradas e alavancando as forças e oportunidades identificadas.

Resultado da Análise SWOT pelo Comitê de TI

Ambiente Interno	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none">• Ambiente integrado e colaborativo;• Instalações físicas e equipamentos adequados as necessidade das atividades a serem realizadas;• Comprometimento da equipe;• Alta capacidade de inovação;• Apoio e comprometimento da alta direção.• Mão de obra especializada disponível, por meio de contrato, para desenvolvimento de aplicações transacionais e sistemas de informação.• Equipe terceirizada multidisciplinar e altamente qualificada para as atividades de TI.• Empresas de referência contratadas para os serviços de telefonia e impressão.• Central de telefonia fixa modernizada.• Sinergia entre a equipe de funcionários dentro de um mesmo setor da CGTI;• Bom relacionamento entre os membros da equipe de TI;• Bons equipamentos de trabalho;• Servidores da área motivados e dispostos a aprender novas tecnologias;• Ferramentas de trabalho adequadas.	<ul style="list-style-type: none">• Processos de trabalho não definidos;• Quantitativo de servidores inadequado para a demanda de trabalho;• Processos críticos concentrados na equipe de terceirizados e colaboradores;• Baixa qualificação dos servidores em processos de governança, serviços de TI, termos de referência e fiscalização de contratos.• Interrupção dos projetos;• Alta frequência de Demanda não estruturada.• Fraca comunicação com as áreas finalísticas do MME.• Controles dos processos de forma amostral com planilhas Excel.• Falta de critérios para o uso de telefonia celular, fixa e impressões.• Quadro de servidores reduzidos na área de TI dificulta a implantação de políticas de gestão e de desenvolvimento de soluções internas;• Pouca capacitação dos servidores que atuam na TI;• Falta de capacitação sistematizada para a área de TI;• Falta de definição do organograma e dos papéis dos servidores que atuam na TI;• Inexistência de processos definidos para gestão de contratos de TI



Ambiente Externo	
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">• Apoio da alta gestão na implantação de projetos;• Normativos, acórdãos e auditorias que apoiam a melhoria de processos de TI;• TI alinhada às necessidades dos negócios;• Sensibilização por parte da alta gestão das deficiências de pessoal;• Parcerias e colaboração entre os Órgãos do Governo;• Estratégia Geral de Tecnologia da Informação, publicada pela SLTI, que promove o fortalecimento da estrutura de TI dos Órgãos integrantes do SISP;• Necessidade de se realizar automação de processos e serviços da instituição utilizando recursos da TI.• Reconhecimento da TI como área estratégica pela APF• Recomendações de aprimoramento da TI por parte dos Órgãos de controle	<ul style="list-style-type: none">• Orçamento inadequado às necessidades do negócio.• Insatisfação do cliente quanto à qualidade e serviços de TI prestados;• Normativos, Acórdãos e solicitações de auditorias que direcionem contrariamente às ações de TI;• Descentralização das equipes de TI;• Decisões políticas em detrimento as técnicas.• Contingenciamento orçamentário• Interrupção ou descontinuidade de contratos de TI• Morosidade no processo de contratação• Falta de Planejamento da Instituição

TABELA 2: RESULTADOS DA ANÁLISE SWOT

Fatores Críticos de Sucesso

Os fatores críticos de sucesso são os pontos chave que definem o sucesso ou o fracasso de um objetivo definido. Esses fatores precisam ser observados, tornando-se condições fundamentais a serem cumpridas para que a Unidade de TI do MME alcance seus objetivos.

Os fatores críticos de sucesso vinculados às diretrizes para a TI:

Fatores Críticos de Sucesso
1. Alinhamento do PDTI com o negócio do Ministério;
2. Alinhamento do PDTI com as necessidades das áreas finalísticas do Ministério;
3. Comprometimento da alta direção e envolvimento da equipe técnica de TI na execução de serviços de TI para utilização das metodologias e dos padrões estabelecidos;



4. Projetos e planejamentos alinhados com o cronograma financeiro do Órgão;
5. Eficiência na gestão e fiscalização dos contratos;
6. Relacionamento cooperativo, forte comunicação e participação das diversas unidades envolvidas no processo de implementação;
7. Gestão das mudanças que ocorrem com as pessoas, processos, estrutura e cultura organizacional decorrentes da implantação do PDTI. Plano de comunicação efetivo para divulgação dos avanços da implantação do PDTI;
8. Servidores e colaboradores com competências, habilidades, experiência e conhecimento, visando agregar valor à organização;
9. Relacionamento com TCU, CGU, GSI e CNJ, visando garantir a conformidade dos projetos, modelos e iniciativas de TI da organização;
10. Contenção da evasão de ATI'S, GSISPS e servidores da CGTI;
11. Continuidade das ações e projetos por meio da unidade gestora;
12. Estruturação da área de TI;
13. Aumento do número de servidores especializados em TI e contratação;
14. Planejamento das contratações alinhadas com a IN 04/2010;
15. Estabelecimento de níveis de serviços compatíveis com as necessidades internas;
16. Melhoria contínua da gestão dos processos de TI;
17. Capacitação contínua dos Técnicos da Unidade e dos usuários dos serviços de TI;
18. Diminuição da rotatividade de servidores;
19. Interlocução permanente da área de TI com as demais áreas;
20. Adoção de metodologia de gerenciamento de projetos;

TABELA 3: FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

ADERÊNCIA À IN Nº 04/MPOG

Visando trazer mais racionalidade e planejamento aos processos de aquisição de produtos e serviços de TI, adotaremos as diretrivas da IN nº 04/MPOG.



DIRETRIZES MME

São competências do Ministério de acordo com o decreto nº 7798, capítulo I:

Art. 1º O Ministério de Minas e Energia, órgão da administração pública federal direta, tem como área de competência os seguintes assuntos:

- I - geologia, recursos minerais e energéticos;
- II - aproveitamento da energia hidráulica;
- III - mineração e metalurgia;
- IV - petróleo, combustível e energia elétrica, inclusive nuclear; e

V - energização rural e agroenergia, inclusive eletrificação rural, quando custeada com recursos vinculados ao Sistema Elétrico Nacional.

Parágrafo único. Compete, ainda, ao Ministério de Minas e Energia zelar pelo equilíbrio conjuntural e estrutural entre a oferta e a demanda de energia elétrica no País.

RECURSOS HUMANOS CGTI (SERVIDORES E COLABORADORES)

Vínculo	CGTI	CIET	CTSI	DITR	TOTAL
Servidores	3	7	6	4	20
Servidores Requisitados	1			2	3
Terceirizados TI		32	37	3	72
Terceirizados Apoio Administrativo		3	1	2	6

TABELA 4: RECURSOS HUMANOS DA CGTI

RESULTADOS DO PLANO DE AÇÃO DO PDTI 2009 – 2010

Redes e Infraestrutura Tecnológica		
Projetos	Justificativa / Ações	Status
Virtualização de Servidores	Migração da atual estrutura de servidores para uma estrutura baseada em servidores virtuais. Para isto, será utilizada a solução Hyper-V, da Microsoft, que é parte integrante do sistema operacional Microsoft Windows Server 2008. Este projeto irá permitir um melhor aproveitamento do hardware adquirido e implementado desde 2006, preservando os investimentos feitos pelo Ministério.	Realizado
Ampliação da Estrutura de Armazenamento Storage	Com o aumento por demanda de armazenamento, devido ao crescimento dos bancos de dados, aplicativos e documentos utilizados no ambiente de rede, torna-se necessário o incremento da atual estrutura de armazenamento de dados (storage) do MME;	Realizado
Acesso à Rede do MME usando Tecnologia Móvel	Implementar tecnologia que possibilite realizar conexão com a rede do MME de maneira segura (por meio de VPN), de forma a utilizar todos os serviços da rede interna;	Realizado



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Rede Sem Fio	Manter a infraestrutura de acesso instalada em 2008, no sentido de ampliar as funcionalidades e facilidades da rede de dados, sempre com foco na preservação dos níveis de segurança alcançados na rede cabeada. Com a possibilidade de dois diferentes cenários: usuários externos com uso temporário da rede para acesso à Internet (em reuniões ou em visitas às instalações do MME), e usuários internos que usarão estações portáteis para acessar todos os recursos normais da rede.	Realizado
VoIP – Voz sobre IP	Possibilidade de uso de forma a reduzir custo com ligações entre as unidades do MME e de Órgãos do Governo Federal. Para esse projeto, faz-se necessária a interligação da solução à Rede VoIP da Infovia, o que viabiliza a realização de ligações telefônicas entre Órgãos participantes, sem custos adicionais além daqueles já efetuados com a implantação e manutenção da infraestrutura de interconexão à rede do Governo Federal.	Realizado
Telefonia IP	Implantação de PABX IP no MME, de forma a possibilitar a substituição gradual da Central Telefônica MD-110, e posterior implantação do conceito de Unified Messaging, através da conexão com o Microsoft Exchange Server	Realizado
Gestão de Risco	Manutenção de ferramenta capazes de reduzir vulnerabilidades com gerenciamento de riscos nas comunicações e informações.	Realizado
Segurança da Informação	Ações voltadas à gestão de incidentes de segurança, para que seja aplicado tratamento consistente e efetivo, que incluem desde falhas de sistemas até violação intencionais da política de segurança.	Pendente
Manutenção e Ampliação de Unidade de Armazenagem Segura (Sala Cofre)	O elevado volume de informações eletrônicas e de hardware do MME e sua importância estratégica para a continuidade de suas atividades, leva à necessidade de preservação das informações e dos equipamentos, conforme os seus valores: financeiro, informativo, probatório e histórico, com a presteza no atendimento e um ambiente adequado à sua destinação. Essa adequação é em razão do crescimento do quantitativo de equipamentos, que traz novas necessidades não só em termos de redistribuição do espaço físico, mas também de readequação da infraestrutura elétrica, de refrigeração e de controle ambiental (detecção e combate a incêndio).	Realizado
Sistema de Informação e Banco de Dados		
Projetos	Justificativa / Ações	Status
Desenvolvimento de Aplicativos em Linguagem Padronizada	De fácil desenvolvimento, manutenção e gestão, além de permitir que o aplicativo resultante seja extremamente amigável e que seja fácil de ser utilizado. A linguagem deverá ser de conhecimento do mercado e com alta disponibilidade de profissionais, o que resultará em facilidade para novas contratações.	Realizado
Gestão de Desenvolvimento / Engenharia de Software	Formalizar e monitorar o processo de solicitação de desenvolvimento de sistema, para permitir um levantamento dos prazos de atendimento. Implantar processo básico de gestão de ciclo de vida de sistemas	Realizado
Alinhamento com os negócios do MME	Monitoramento contínuo do grau de atendimento às necessidades de negócio, por meio de pesquisas e reuniões com os gestores das áreas.	Parcialmente Realizado
Documentação	Uso de metodologia que garantirá que todos os aplicativos sejam documentados e que passem por processos e etapas definidas, garantindo que o produto resultante tenha alta qualidade e que seja altamente aderente às necessidades dos usuários, além de possibilitar a manutenção do aplicativo a baixo custo.	Realizado
Monitoramento e Planejamento de Capacidade	Implementação de um monitoramento contínuo e criação de um acervo da quantidade de transações por sistema, diretamente no banco de dados, por meio da configuração de contadores que sejam acionados a cada transação.	Pendente
Gerenciar Requisitos de Aplicações	Gerenciar os requisitos dos produtos e componentes do produto do projeto e identificar inconsistência entre esses requisitos e os planos e produtos de trabalho do projeto	Realizado
Gerenciar Projetos de TI	Identificar, estabelecer, coordenar e monitorar as atividades e recursos que um projeto necessita para produzir um produto e serviço, no contexto de seus requisitos e restrições.	Realizado
Adquirir Produtos de Software e Serviços Correlatos	Obter um produto ou serviço relativo a Sistema de Informação, que satisfaça à necessidade expressa do cliente. Os produtos em questão são software ou pacotes do tipo ERP, Business Inteligence e outros afins. Já os serviços, se referem aos do tipo "fábrica de software"	Realizado
Proposta de Arquitetura de Sistema	Deverá se ater a uma arquitetura de Sistema que permita aumentar a integração entre os vários Sistemas em uso	Realizado
Garantir a Qualidade de TI	Garantir que os produtos de trabalho e a execução dos processos estejam em conformidade com os planos e recursos predefinidos	Realizado

TABELA 5: STATUS DO PLANO DE AÇÃO DO PDTI 2009 – 2010

**LEVANTAMENTO DO AMBIENTE DE TI EM 2014**

Diante dos resultados alcançados com a realização das implementações propostas no PDTI 2009/2010 e demais ações realizadas no ambiente de TI do MME, este conta, atualmente, com os seguintes ativos:

Solução	FERRAMENTA/Software	Descrição
FIREWALL	Confidencial	Equipamento de rede para aplicação de políticas de segurança
IPS	Confidencial	Equipamento de prevenção de ataques em múltiplas camadas
ANTI DDOS	Confidencial	Equipamento de prevenção de ataques DDOS
WIRELESS	Confidencial	Solução de rede sem fio
SWITCHES	Confidencial	Equipamentos destinados à interligação de computadores em uma rede
TELEFONIA IP	Confidencial	Solução para comunicação através de Voz sobre IP
ANTIVIRUS	Confidencial	Ferramenta de prevenção de vírus
OTIMIZADOR DE WAN	Confidencial	Equipamento para otimização de tráfego WAN
ANTISPAM	Confidencial	Ferramenta de prevenção de SPAM
FERRAMENTA DE GESTÃO DE RISCO	Módulo Risk Manager	Ferramenta para análise e Gestão de Risco
ANÁLISE DE VULNERABILIDADES	Confidencial	Ferramenta para análise de vulnerabilidades em código fonte de sistemas desenvolvidos no MME
SOLUÇÃO DE BUSCA TEXTUAL	Google Search Appliance	Solução indexadora de arquivos para facilitar busca
GERENCIADOR DE CERTIFICADO DIGITAL	Confidencial	Ferramenta de gerenciamento de certificados digitais
STORAGE	NETAPP	Equipamento para armazenamento em massa de arquivos
CFTV	AXIS/AIMETIS	Círculo Fechado de Monitoramento com Câmeras IP
SOLUÇÕES DE VIRTUALIZAÇÃO	VMWARE/RHEV/HYPERV	Ferramenta de criação e gerenciamento de Máquinas Virtuais
TARIFADOR	GTC	Ferramenta de coleta e conversão de bilhetes da central telefônica
SISTEMA PARA CÁLCULO DO MODELO ENERGÉTICO	NEWAVE	Sistema de cálculo do modelo energético, baseado em simulações computacionais
GESTÃO DOCUMENTAL	DOCFLOW	Ferramenta para gestão documental
CONTROLE DE ACESSO	NETCONTROL	Ferramenta para cadastro e gerenciamento de catracas
SGBD	Confidencial	Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados
SISTEMAS OPERACIONAIS	WINDOWS/LINUX	Sistemas operacionais de servidores e estações de trabalho



VIDEOCONFERÊNCIA	POLYCOM	Infraestrutura tecnológica para realização de videoconferências
ACTIVE DIRECTORY	MICROSOFT	Serviço de diretório no protocolo LDAP
DNS	Confidencial	Serviço de tradução de endereços IP para nomes de domínio
DHCP	Confidencial	Serviço de TCP/IP de configuração dinâmica de terminais
SERVIÇO DE E-MAIL	MICROSOFT EXCHANGE	Servidor de Correio Eletrônico Institucional
UNIFIED MESSAGING	MICROSOFT	Integrador de serviços de comunicação
SCOM	MICROSOFT	Ferramenta para monitoração de ambiente e serviços
SCSM	MICROSOFT	Automatizador de processos sugeridos pelas melhores práticas de gerenciamento de serviços de TI
SCCM	MICROSOFT	Ferramenta para controle de ativos de TI
WDS	MICROSOFT	Ferramenta para interconexão de Access Points
WSUS	MICROSOFT	Ferramenta de distribuição de atualizações
NPS	MICROSOFT	Servidor de políticas de rede
IIS	MICROSOFT	Ferramenta para publicação WEB Internet Information Services
OFFICE	MICROSOFT	Suíte de aplicativos para escritório
PROJECT	MICROSOFT	Ferramenta de gerenciamento de projetos
VISIO	MICROSOFT	Ferramenta de criação de diagramas técnicos e profissionais
MEDIA SERVER	MICROSOFT	Ferramenta para Streaming multimídia
FTP	LINUX	Ferramenta de gestão de Protocolo de Transferência de Arquivos
APACHE	LINUX	Ferramenta para publicação WEB
TOMCAT	LINUX	Servidor web Java de aplicações JEE
JBOSS	LINUX	Servidor de aplicação baseado na plataforma JEE
GANGLIA	LINUX	Ferramenta para monitoração de performance
SVN	LINUX	Sistema de controle de versão
TACACS	LINUX	Sistema de autenticação e controle de acesso



		remoto
LIFERAY	LINUX	Ferramenta de Portal Corporativo
VIDEOWALL	BARCO	Solução contendo Gerenciador Gráfico para disponibilização simultânea de múltiplas informações
GERENCIA DE PASSIVO	PANDUIT	Sistema Gerenciador de Cabeamento UTP
ROTEADOR DE VOZ	Confidencial	Integrador de telefonia pública e privada
PERSONAL COMMUNICATOR	Confidencial	Integrador de aplicativos e serviços de comunicação
BIOMETRIA	CONTROLID/AUTOMATIZA	Controle de acesso utilizando biometria

TABELA 6: AMBIENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MME

RELAÇÃO DE SISTEMAS

SISTEMAS EM PRODUÇÃO	
Nome do Sistema	Descrição do Sistema
WEBPAC	Sistema de informação único para cadastro e atualização das informações do andamento de cinco programas sob gestão do MME no PAC, sendo eles: Geração de Energia Elétrica, Transmissão de Energia Elétrica, Petróleo e Gás, Combustíveis Renováveis, Programa Luz para Todos.
PORTAL MME	Canal de comunicação e divulgação de informações eficiente com o público, servidores do Ministério, intervenientes do setor energético e demais interessados.
PONTO NET	Registro da frequência diária através de ponto eletrônico e com pronta atualização das informações em tempo real.
CEDOC	Cadastro de livros da biblioteca da SGM.
CIEE	Sistema para apoiar o processo de cadastramento e controle dos estagiários do CIEE contratados pelo MME.
FINEP	Controle dos recolhimentos dos recursos, registrando cobranças e pagamentos, recebimentos e consultas diversas.
SISEN	Sistema de Aplicativo de agenda telefônica, Agenda de Eventos e armazenamento de Arquivos.
CONTROLE DE ACESSO	Sistema de single sign-on para todos os sistemas do MME
LIGAÇÕES TELEFÔNICAS	Sistema de Controle de Ligações Telefônicas
BI WEB PAC	Sistema de Consulta do WEBPAC em BI
STGE	Sistema para coleta, análise e definição das necessidades dos empreendimentos monitorados pela Coordenação-Geral de Monitoramento da Expansão da Geração.
SGRH - MÓDULO DE CURSOS	Sistema de Controle dos Cursos do RH
BALANÇO ENERGÉTICO NACIONAL	Sistema para coletar os dados com os fornecedores de energia no propósito de auxiliar a elaboração anual do Balanço Energético Nacional (BEN)



CIEE	Sistema para apoiar o processo de cadastramento e controle dos estagiários do CIEE contratados pelo MME
PASSAGENS INTERNACIONAIS	Cadastro de Passagens Internacionais das Autoridades
CONTROLE DE PUBLICAÇÕES	Controle de Publicações do Sistema de RH
PRODEEM	Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios
PROINFA	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica
SCPC	Sistema de Controle de pasta Cadastradas
SGRH	Sistema de Recursos Humanos
SIF	Sistema de Informações de Anistiados
SISTEMA BIBLIOTECÁRIO DO MME	Sistema de Gestão de Bibliotecas numa base de dados única, com informação resultante das publicações e dos registros bibliográficos.
SGRH - DIAGNÓSTICO DE APRENDIZAGEM	Sistema de Levantamento de Necessidades de Treinamento
SISTEMA DE GRUPOS DE TRABALHO	Sistemas de Monitoramento de Grupos de Trabalho
SISTEMA DE INFORMAÇÕES ORGANIZACIONAIS - Organograma	Sistema de cadastro, atualização e visualização das informações sobre a estrutura regimental do MME.
SISTEMA LUZ PARA TODOS	Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, com o objetivo de levar energia elétrica para a população do meio rural.
DELEGA	Sistema de Controle de Delegação de Competências
ACERTO FATORES DE AJUSTE	Conforme consta na pag. 29 do processo
SGRH - CADASTRO DE PESSOAL	Sistema de Recursos Humanos - Módulo de Cadastro
SGRH - FORMULÁRIO RH	Sistema de Recursos Humanos - Módulo de Recadastramento de Servidores
SGRH - REGISTRO E ACOMPANHAMENTO DE EVENTOS	Sistema de Recursos Humanos - Registro e Acompanhamento de Eventos
SGRH - MÓDULO AUXÍLIO MORADIA	Sistema de Recursos Humanos - Controle de Pagamento de Auxílio Moradia
PAGINA DE RETORNO UTM	Sistema de Conversão de Páginas de Erro em Páginas de Retorno com Informações aos Usuários
SISTEMA DE OUVIDORIA	Sistema de Coleta de Consultas e Reclamações dos Usuários Externos do MME
SISTEMA SIEN	Sistema para elaboração do Balanço Energético
UNIFICAÇÃO DE CONSULTAS AUDITADAS	Painel para consulta de log de auditoria
SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS	Sistema de Disponibilização de Indicadores do MME



SISTEMAS EM DESENVOLVIMENTO	
Nome do Sistema	Descrição do Sistema
STTE	Acompanhamento de maneira mais efetiva o andamento dos empreendimentos de Transmissão de Energia Elétrica, concedidos/autorizados pela ANELL e que se enquadrem nas premissas estabelecidas pela SEE.
STMGE	Sistema Transacional de Monitoramento das Grandezas Eletromagnéticas
SGRH - MÓDULO DE FREQUÊNCIA	Sistema de Recursos Humanos - Módulo de Controle de Frequência
SGRH - MODULO AUXÍLIO TRANSPORTE	Sistema de Recursos Humanos - Módulo de Controle de Pagamento Auxílio Transporte
SGRH - MODULO DE HISTÓRICO FUNCIONAL	Sistema de Recursos Humanos - Módulo de Histórico Funcional
SGRH - MODULO DEPENDENTES	Sistema de Recursos Humanos - Módulo de Dependentes
SGRH - MODULO DE FÉRIAS	Sistema de Recursos Humanos - Módulo de Controle de Férias
SGRH - MODULO DE REVERSÃO DE CRÉDITO	Sistema de Recursos Humanos - Módulo de Controle de Reversão de Crédito
SGRH - INTEGRAÇÃO COM SISTEMA DE PORTARIA	Sistema de Recursos Humanos - Integração com o Sistema de Portaria
DDIG	Sistema de Acompanhamento de Leilões de Energia

TABELA 7: RELAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DO MME

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E ESTRATÉGIAS DE TI

Os objetivos estratégicos foram agrupados conforme cinco perspectivas (Sociedade, Econômico Financeiro, Clientes Internos, Processos Internos, Aprendizado e Crescimento) que compõem o mapa estratégico da TI, conforme propõe a metodologia Balanced Score Card.

Objetivos Estratégicos referem-se unicamente ao que e quando se espera alcançar, mas devem permitir a posterior, tradução em ações precisas e objetivos de curto prazo. Segue abaixo os objetivos estratégicos de acordo com cada perspectiva.



MAPA ESTRATÉGICO CGTI

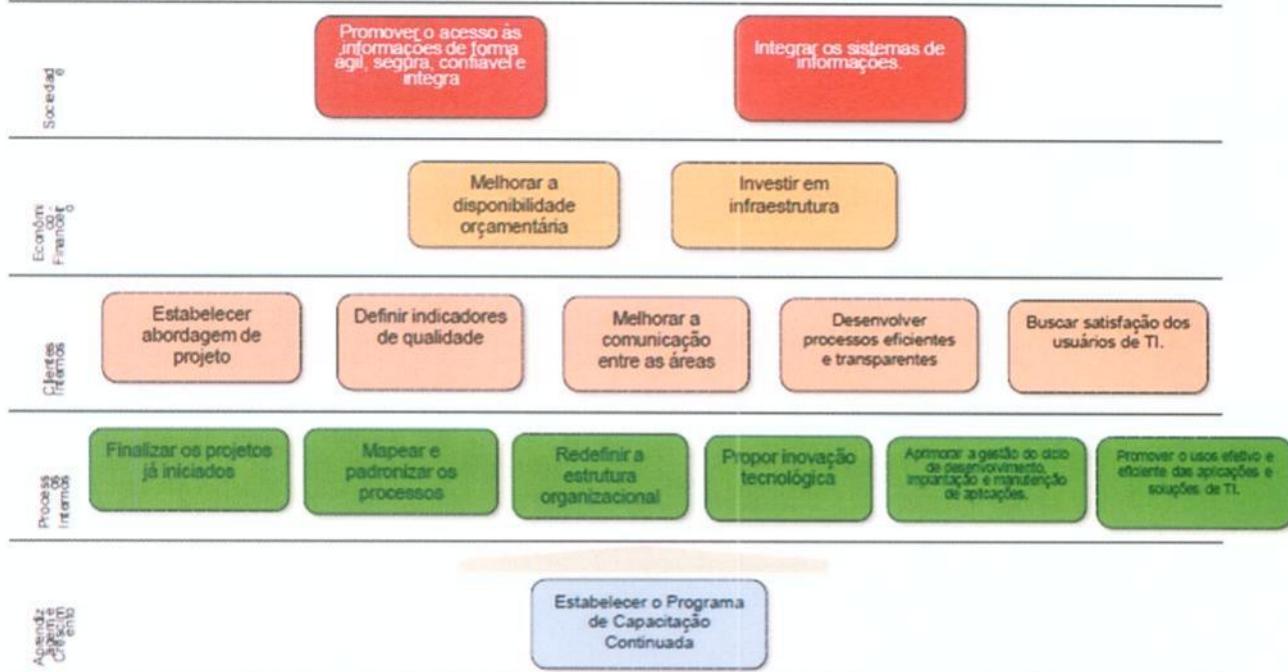


FIGURA 7: MAPA ESTRATÉGICO

ESTRATÉGIAS DA CGTI

Existem inúmeros tipos de estratégias que podem ser traçadas: adaptativas, funcionais (financeiras, de recursos humanos, tecnológica, de compras, etc.), organizacionais, de produto/mercado, operativas e de diversificação.

Para a definição dos objetivos e estratégias de TI, foram analisados os seguintes Objetivos do MME:

- Modernização do fluxo e do arquivamento de documentos do MME;
- Manutenção e melhoria contínua das instalações físicas do MME;
- Eficiência e transparência na gestão dos recursos orçamentários e financeiros;
- Capacitação e desenvolvimento do corpo técnico;



- Atualização constante dos recursos de tecnologia da informação;
- Aprimoramento do processo de avaliação individual e institucional.

Apresentamos a seguir as estratégicas competitivas de acordo com os objetivos estratégicos definidos.

Perspectiva	Objetivos	Estratégias	Responsável	Prazo
Sociedade	Promover o acesso às informações de forma ágil, segura, confiável e íntegra.	Elaborar plano de contratação tecnológica	CGTI	31/12/2015
		Alinhamento da CGTI com a área finalística	CGTI	31/12/2014
	Integrar os sistemas de informações	Promoção da excelência na tecnologia da informação	CGTI	31/12/2014
		Modernização dos processos de planejamento e contratação	CGTI	31/12/2015
		Estudar e adquirir tecnologias promotoras	CGTI	31/12/2015
Perspectiva	Objetivos	Estratégias	Responsável	Prazo
Econômico Financeiro	Melhorar a disponibilidade orçamentária	Definição do plano macro de contratações	CGTI	31/12/2014
	Investir em infraestrutura			
Perspectiva	Objetivos	Estratégias	Responsável	Prazo
Clientes Internos	Estabelecer abordagem de projeto	Definir as responsabilidades para cada grupo de atividades	CGTI	31/12/2014
	Definir indicadores de qualidade	Elaborar o painel de indicadores e metas	CGTI	31/12/2014
	Melhorar a comunicação entre as áreas	Definir procedimentos	CGTI	30/06/2015
		Estabelecer e cumprir o	CGTI e demais	31/12/2014



		cronograma de reuniões entre as áreas	áreas	
Perspectiva	Objetivos	Estratégias	Responsável	Prazo
Processos Internos	Desenvolver processos eficientes e transparentes	Escolher com cuidado os processos e projetos pelos quais será iniciada a implantação, levando em consideração aspectos como prazo, complexidade e criticidade do projeto	CGTI	31/12/2015
	Buscar satisfação dos usuários de TI	Realizar treinamentos com periodicidade	CGTI	31/12/2014
	Finalizar os projetos já iniciados	Melhorar a gestão da execução dos processos	CGTI	31/12/2014
		Divulgação dos projetos	CGTI	31/12/2014
		Definição de prioridades	CGTI	31/12/2014
	Mapear e padronizar os processos	Elaboração dos procedimentos e fluxogramas dos processos	CGTI	31/12/2015
	Redefinir a estrutura organizacional	Adequar à estrutura organizacional de acordo com o estabelecido na SLTI	CGTI	31/12/2015
	Propor inovação tecnológica	Definição do plano macro de contratações	CGTI	30/06/2015
	Aprimorar a gestão do ciclo de desenvolvimento, implantação e manutenção de aplicações.	Aumentar o número de servidores especializados em TI e contratação	CGTI	31/12/2015
		Implantar ferramenta adequada de Gestão para um eficiente controle	CGTI	30/06/2015
		Interlocução permanente da área de TI com as demais áreas	CGTI	31/12/2015
	Promover o uso efetivo e eficiente das aplicações e soluções de TI.	Prover instrumentos de softwares e aplicativos de mercado para auxiliar as atividades finalísticas	CGTI	30/06/2015
		Manter a disponibilidade dos sistemas/aplicações	CGTI	31/12/2014



Perspectiva	Objetivos	Estratégias	CGTI	Prazo
Aprendizado e Crescimento	Estabelecer o Programa de Capacitação Continuada	Identificar as necessidades de capacitação	CGTI	30/06/2015
		Elaborar o Programa Anual de Treinamentos	CGTI	30/06/2015
		Definir recursos específicos para treinamento	CGTI	31/12/2015

TABELA 8: OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DA TI

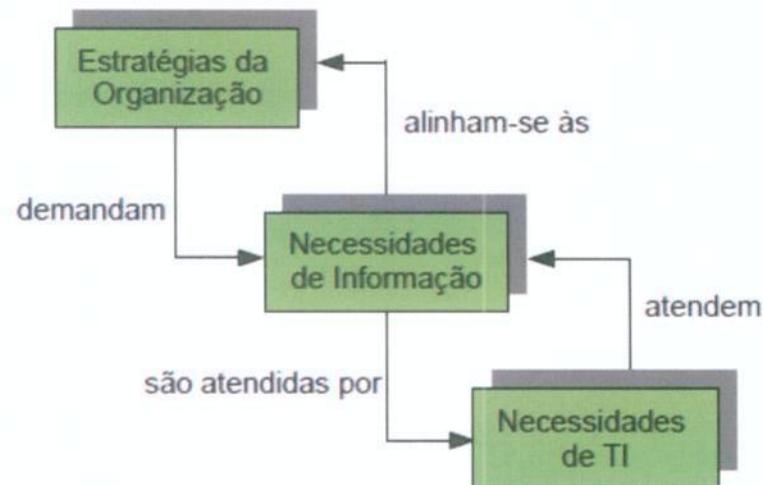


FIGURA 8: ALINHAMENTO ÀS ESTRATÉGIAS DA ORGANIZAÇÃO



PAINEL DE INDICADORES E METAS

Objetivos	Indicadores	Unidade	Periodicidade	Meta
Promover o acesso às informações de forma ágil, segura, confiável e íntegra.	% de pesquisa por áreas	%	Semestral	90% de satisfação
Integrar os sistemas de informação	% dos sistemas de informações integrados	%	Anual	Modernizar os processos de planejamento e contratação
Melhorar a disponibilidade orçamentária	Valor orçado para a TI	R\$	Anual	Executar 100% dos recursos orçamentários de CGTI, anualmente
	Orçado x Realizado	%	Anual	
Investir em infraestrutura	Valores investidos em infraestrutura	R\$	Anual	
Estabelecer abordagem de projeto	Quantidade de projetos com esta metodologia	Un.	Semestral	Tratar 100% dos projetos da área com a metodologia definida
Definir as medições dos processos	Número de indicadores de qualidade	Un.	Mensal	Mensurar a qualidade de 100% dos processos definidos
Melhorar a comunicação entre as áreas	% de não conformidades de comunicação	%	Mensal	Aumentar o índice de conformidade de comunicação com as áreas
Desenvolver processos eficientes e transparentes	% de processos implementados	%	Anual	Escolher os processos levando em consideração aspectos como prazo, complexidade e criticidade do projeto.
Buscar satisfação dos usuários de TI	Número de pessoas satisfeitas com as soluções de TI.	Un.	Trimestral	Promover treinamentos / capacitação dos usuários com periodicidade.
Finalizar os projetos já iniciados	% de execução dos projetos	%	Anual	90% dos projetos iniciados devem ser concluídos no mesmo exercício
Mapear e padronizar os processos	% de processos padronizados	%	Semestral	Mapear 100% dos processos de tecnologia
Propor inovação tecnológica	Número de ações inovadoras	Un.	Anual	Realizar prospecção tecnológica para garantir o nível de atualização tecnológica
Aprimorar a gestão do ciclo de desenvolvimento, implantação e manutenção de aplicações.	% de gestão do ciclo de desenvolvimento, implantação e manutenção de aplicações.	%	Anual	Aprimorar o número de servidores especializados em TI e contratação



Promover o uso efetivo e eficiente das aplicações e soluções de TI	Quantidade de uso efetivo das aplicações de TI	Un.	Anual	Prover instrumentos de softwares e aplicativos de mercado para auxiliar as atividades finalísticas
Estabelecer o Programa de Capacitação Continuada	Número de horas de treinamento	Un.	Mensal	Executar pelo menos 90% dos treinamentos previstos
	% de execução do programa	%	Trimestral	

TABELA 9: PAINEL DOS INDICADORES E METAS

DIAGNÓSTICO DE NECESSIDADES

O Diagnóstico de necessidades foi realizado contendo a análise das demandas, a integração ao planejamento da organização, a verificação de consistência, a viabilidade do atendimento da necessidade e a priorização das necessidades para decisão do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação.

Para a implantação deste Plano Diretor de Tecnologia da Informação foi definido um conjunto de ações que deverão ser implementadas no período 2014 a 2015, com cronograma destas ações de modo a permitir acompanhamento e avaliação das ações realizadas.

Necessidades Identificadas

Ações / Projetos	Justificativa	2014			2015		
		Q1	Q2	Q3	Q1	Q2	Q3
Plataforma de Data Discovery;	Implementar tecnologia de descoberta de informações que possibilite acesso fácil e rápido aos dados para as áreas de negócio.			X			
Licença para plataforma de virtualização;	Com a criação de novos servidores para utilização de novas ferramentas, faz-se necessário a aquisição de novas licenças para criação de máquinas virtuais.	X					
Ampliação da sala cofre;	Readequação da infraestrutura elétrica, de refrigeração e de controle ambiental (detecção e combate a incêndio) para ampliação do ambiente atual da sala cofre.	X					
Ambiente de teste e homologação de soluções;	Implementar ambiente de homologação para teste de novas ferramentas e plataformas.			X			
Plataforma de rede dinâmica de distribuição de conteúdo e aceleração de aplicações transacionais;	Aquisição de ferramenta para elevar a disponibilidade e segurança dos sistemas desse Ministério acessados por meio da internet.				X		
Solução de backup de dados;	Ampliação de licenciamento de ferramenta que permita melhorar a qualidade da rotina de backup existente, tornando o backup e restore de informações rápido e eficiente.					X	
Solução para gerenciamento de serviços prestados pelas empresas contratadas;	Implantar ferramenta de gerenciamento e controle de serviços prestados pelas empresas contratadas pelo MME.					X	
Solução para elevar o nível de segurança das informações custodiadas por esse Ministério	A realização desse projeto visa buscar conformidade com as normas de segurança da informação, entre elas a NBR/ISO/IEC 27001 e 27002.	X					
Atualização do protocolo de internet para IPV6;	Atender as recomendações do CGI BR						X
Solução de Centro de Operacional de Redes;	Dotar a CGTI de recursos para melhorar a monitoração dos recursos de TI da contratada.						X
Substituição dos racks para comportar mais equipamentos de TI;	Adequar a estrutura atual de armário de comunicação visando aumentar a segurança e melhor acomodação dos switches.	X					



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Solução para proteção de um conjunto de informações para preservar o valor que possuem para a organização;	Aquisição de consultoria para realização de trabalho em segurança da informação, visando criação de mecanismos para implantar conformidade com as normas NBR/ISO/IEC 27001 e demais normas do DSIC – Departamento de Segurança da Informação e comunicação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.	X		
Substituição dos computadores de usuários;	Atualização do parque de computadores de usuários		X	
Plataforma de Sistema Operacional Windows versão usuário e versão Servidor atualizada;	Atualização de plataforma e licença para utilização de novas versões do Sistema Operacional Windows versão usuário e versão Servidor.			X
Substituição dos telefones móveis funcionais do MME;	Aquisição de novos telefones móveis para substituição de telefones obsoletos que não acompanham a necessidade de modernização de conectividade do Órgão.	X		
Atualização da central telefônica;	Atualização tecnológica da central telefônica, visando aumentar a capacidade de gerenciamento e novas funcionalidades.		X	
Solução de cabeamento estruturado do MME;	Contratação de empresa especializada em soluções de cabeamento estruturado.	X		
Plataforma de Sistema Operacional para Servidores Linux;	Renovação das subscritões da plataforma de sistemas operacionais, incluindo suporte técnico, treinamento e licenciamento dos produtos.		X	
Solução para Geoprocessamento;	Contratação de plataforma de soluções de geoprocessamento.		X	
Plataforma de base de conhecimento;	Contratação de novas subscritões da plataforma de base de conhecimento.			X
Solução de gerenciamento de vulnerabilidades para aplicativos WEB e de Rede;	Aquisição de ferramenta que permita avaliar a qualidade dos sistemas desenvolvidos pela fabrica de software contratada, visando elevar a segurança desses.	X		
Plataforma de desenho auxiliado por computador;	Adesão a ATA para contratação de plataforma de desenho auxiliado por computador.			X
Solução de storage e ampliação de garantia;	Com o aumento por demanda de armazenamento, devido ao crescimento dos bancos de dados, aplicativos e documentos utilizados no ambiente de rede, torna-se necessário a expansão da atual estrutura de armazenamento de dados (storage) do MME e da ampliação da garantia;	X		
Solução para fornecimento de acesso as informações corporativas por meio de dispositivos móveis;	Aquisição de solução que permita o acesso remoto a arquivos armazenados no Storage de forma segura por meio de canal criptografado.			X
Plataforma de gestão de custos em telecomunicações;	Contratação de serviço de empresa especializada em gestão da telefonia para o Ministério de Minas e Energia.			X
Solução de prevenção de invasão a sistemas;	Renovação de solução de rede para prevenção de intrusão aos sistemas hospedados nos servidores do MME.		X	
Plataforma para acesso remoto a computadores de usuários;	Aquisição de ferramenta para conexão remota as estações de trabalho e ou servidores de dados por meio de canal criptografado com o intuito de permitir a realização dos trabalhos dos Agentes Públicos Federais lotados nesse Ministério e colaboradores remotos.	X		
Desenvolvimento de Aplicativos em Linguagem Padronizada	De fácil desenvolvimento, manutenção e gestão, além de permitir que o aplicativo resultante seja extremamente amigável e que seja fácil de ser utilizado. A linguagem deverá ser de conhecimento do mercado e com alta disponibilidade de profissionais, o que resultará em facilidade para novas contratações.	X		
Gestão de Desenvolvimento / Engenharia de Software	Formalizar e monitorar o processo de solicitação de desenvolvimento de sistema, para permitir um levantamento dos prazos de atendimento. Implantar processo básico de gestão de ciclo de vida de sistemas	X		
Documentação	Uso de metodologia que garantirá que todos os aplicativos sejam documentados e que passem por processos e etapas definidas, garantindo que o produto resultante tenha alta qualidade e que seja altamente aderente às necessidades dos usuários, além de possibilitar a manutenção do aplicativo a baixo custo.	X		
Monitoramento e Planejamento de Capacidade	Implementação de um monitoramento contínuo e criação de um acervo da quantidade de transações por sistema, diretamente no banco de dados, por meio da configuração de contadores que sejam acionados a cada transação.			X
Gerenciar Requisitos de Aplicações	Gerenciar os requisitos dos produtos e componentes do produto do projeto e identificar inconsistência entre esses requisitos e os planos e produtos de trabalho do projeto	X		
Adquirir Produtos de Software e Serviços Correlatos	Obter um produto ou serviço relativo à Sistema de Informação, que satisfaça à necessidade expressa do cliente. Os produtos em questão são software ou pacotes do tipo ERP, Business Intelligence e outros afins. Já os serviços, se referem aos do tipo "fábrica de software"	X		
Proposta de Arquitetura de Sistema	Deverá se ater a uma arquitetura de Sistema que permita aumentar a integração entre os vários Sistemas em uso	X		
Realizar Mapeamento dos Processos das Áreas Finalísticas do MME	Efetuar mapeamento de processos junto às áreas de negócio em conjunto com a CMA			X
Levantamento de requisitos de TI para o MME	Reavaliar junto às áreas finalísticas as necessidades de recursos computacionais e de sistemas		X	

TABELA 10: NECESSIDADES DE TI



PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE TI

Orçamento TECNOLOGIA 2014

Custelo - OGU (LOA)

Contratados					
Item	Valor Contrato R\$	Contrato nº	Empresa	Processo nº	Previsto 2014
Impressão Corporativa	1.261.708,32	25/2010	CTIS	48000.000997/2010-12	1.000.000,00
Telefonia Móvel Pessoal - Celular	117.084,40	34/2009	VIVO	48000.000525/2009-18	100.000,00
Placa de Acesso Internet	59.880,00	12/2011	VIVO	48000.000820/2011-99	7.000,00
Telefonia Fixo Comutado e Fixo Móvel - LDN e LDI Originados Fixo	384.271,34	27/2011	EMBRATEL	48000.001225/2011-71	45.000,00
Telefonia Fixo Comutado e Fixo Móvel	317.778,78	26/2011	INTELIG	48000.001225/2011-71	27.325,79
Infovia	300.000,00	19/2011	SERPRO	48000.001016/2011-27	250.000,00
Licenciamento Red Hat	617.442,25	28/2011	AÇÃO INFORMÁTICA	48000.001452/2011-12	0,00
Licenciamento Jboss	280.688,00	33/2011	GPS GLOBAL	48000.001565/2011-18	40.000,00
Manutenção da Sala Cofre	413.950,00	41/2011	ACECO	48000.001741/2011-11	300.000,00
Internet - Link de Acesso	595.500,00	57/2011	GVT	48000.001788/2011-69	118.800,00
Solução Antivírus	191.270,00	54/2011	FAST SECURITY	48000.002148/2011-76	191.270,00
Gestão de Rede e Help-Desk	7.091.791,60	27/2012	HEPTA	48000.002348/2011-29	5.030.000,00
Manutenção e Atualização Ferramenta Hyperion	61.003,20	16/2012	ORACLE	48000.000522/2012-81	61.003,20
Empresa de Telefonia LDN e LDI	164.707,98	18/2012	EMBRATEL	48000.001856/2008-94	70.000,00
Licenciamento Microsoft - Software Assurance	2.742.759,55	05/2013	ALLEN	48000.002071/2012-15	916.541,64
Risk Manager - Manutenção e Suporte	84.000,00	07/2013	MODULO	48000.000036/2013-42	77.000,00
Fábrica de Software	6.262.500,00	16/2013	CTIS	48000.001068/2012-84	1.800.000,00
Fábrica de Métrica	286.880,00	17/2013	TI METRICAS	48000.001068/2012-84	15.000,00
Fábrica de Testes	1.054.000,00	18/2013	RSI	48000.001068/2012-84	459.501,00
Solução Content Management System (Portal)	982.020,00	30/2013	SEA TECNOLOGIA	48000.001551/2013-41	400.000,00
Atualização Solução Anti-Spam	457.447,00	15/2013	MAHVLA	48000.000590/2013-21	7.300,00
Linha Direta Analógica	7.027,73	-	BRASIL TELECOM	48000.001229/2013-11	1.200,00
Aquisição de Appliance HSM (para Certificação Digital)	239.500,00	31/2013	E.SEC	48000.001115/2013-71	33.002,00
Atualização e Manutenção de Licenças Autodesk	42.804,99	42/2013	PRO-SYSTEMS	48000.002053/2013-14	42.804,99
Consultoria Gartner	234.000,00	03/2014	GARTNER	48000.002225/2013-51	234.000,00
Solução de Distribuição e Aceleração de Conteúdo	1.701.000,00	-	EDGE	48000.002277/2013-26	300.000,00
Manutenção Ferramenta ETL	265.899,96	11/2014	SOFTTEK	48000.002287/2013-61	107.000,00
Contratação Telefonia Fixa	199.937,22	01/09/2014	GVT	48000.002337/2013-19	120.000,00
Telefonia Fixo Comutado e Fixo Móvel - LDN e LDI Originados Fixo	375.807,17	10/2014	EMBRATEL	48000.002337/2013-19	180.000,00
Aquisição de Solução de Virtualização	998.581,00	02/2014	DCL	48000.001737/2013-15	119.255,00
Contratação Telefonia Móvel Pessoal	591.647,16	-	CLARO	48000.002201/2013-17	100.000,00
Aquisição de Solução DDoS	1.841.740,00	08/2013	INB	48000.001883/2012-43	132.000,00
Manutenção de Microcomputadores	41.968,80	-	INTERATIVA	48000.001686/2013-13	22.800,00
Solução de Search Appliance	772.527,00	36/2012	MCR	48000.001004/2012-83	57.000,00
Solução de Vulnerabilidades WEB	984.800,00	12/2014	REDE SEGURA	48000.002120/2013-17	379.900,00
Ampliação do Storage	1.885.000,00	14/2014	VA & R INFORMÁTICA	48000.000222/2014-62	149.000,00
Certificação Digital - E-CNPJ	304,40	-	SERPRO	-	304,40
WebCAM	1.230,00	-	A MAIS COMERCIO	48000.000326/2014-77	1.230,00



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Manutenção do Cabeamento Estruturado	300.000,00	-	B2IT SERVIÇOS	48000.000463/2014-11	100.000,00
Lista de Autoridades Governamentais	5.900,00	-	-	-	5.900,00
Subtotal - Contratados	34.216.357,85	-	-	-	13.001.138,02

Total Custeio	Total Previsto
	13.001.138,02

Investimento - OGU (LOA)

Contratados					
Item	Valor Contrato R\$	Contrato nº	Empresa	Processo nº	Previsto 2013
Aquisição de Solução de Virtualização	998.581,00	02/2014	DCL BRASIL	48000.001737/2013-15	879.326,00
Manutenção Ferramenta ETL	265.899,96	11/2014	SOFTTEK	48000.002287/2013-61	62.100,00
Solução de Vulnerabilidades WEB	984.800,00	12/2014	REDE SEGURA	48000.002120/2013-17	375.000,00
Ampliação do Storage	1.885.000,00	14/2014	VA & R INFORMÁTICA	48000.000222/2014-62	1.736.000,00
Aquisição de Switchs	464.699,98	20/2014	REDISUL	48000.000896/2014-67	418.960,00
Aquisição de Câmeras Videoconferência	84.000,00	-	REDISUL	48000.001049/2012-58	84.000,00
Licença Google Earth Pro	2.198,00	-	TARGETWARE	48000.000823/2014-75	2.198,00
Compra de Webcam	1.230,00	-	A MAIS COMERCIO	48000.000326/2014-77	1.230,00
Subtotal - Contratados	4.686.408,94	-	-	-	3.558.814,00

Novas Contratações					
Item	Valor Contrato R\$	Contrato nº	Empresa	Processo nº	Previsto 2013
Solução de BI/Dashboard	800.000,00	-	-	48000.001001/2014-11	800.000,00
Sistema de Auditoria/Forense	1.100.000,00	-	-	48000.001252/2014-96	1.100.000,00
Subtotal - Contratados	1.900.000,00	-	-	-	1.900.000,00

Total Investimento	Total Previsto
	5.458.814,00

Total	18.459.952,02

TABELA 11: PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE TI 2014



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Orcamento TECNOLOGIA 2015

Custelo - OGU (LOA)

Contratados					
Item	Valor Contrato R\$	Contrato nº	Empresa	Processo nº	Previsto 2015
Impressão Corporativa	1.261.708,32	25/2010	CTIS	48000.000997/2010-12	1.100.000,00
Telefonia Fixo Comutado e Fixo Móvel - LDN e LDI Originados Fixo	384.271,34	27/2011	EMBRATEL	48000.001225/2011-71	50.000,00
Infovia	300.000,00	19/2011	SERPRO	48000.001016/2011-27	250.000,00
Licenciamento Red Hat	617.442,25	28/2011	AÇÃO INFORMÁTICA	48000.001452/2011-12	600.000,00
Licenciamento Jboss	280.688,00	33/2011	GPS GLOBAL	48000.001565/2011-18	50.000,00
Manutenção da Sala Cofre	413.950,00	41/2011	ACECO	48000.001741/2011-11	413.950,00
Internet - Link de Acesso	595.500,00	57/2011	GVT	48000.001788/2011-69	200.000,00
Solução Antivirus	191.270,00	54/2011	FAST SECURITY	48000.002148/2011-76	191.270,00
Gestão de Rede e Help-Desk	7.091.791,60	27/2012	HEPTA	48000.002348/2011-29	5.200.000,00
Manutenção e Atualização Ferramenta Hyperion	61.003,20	16/2012	ORACLE	48000.000522/2012-81	61.003,20
Empresa de Telefonia LDN e LDI	164.707,98	18/2012	EMBRATEL	48000.001856/2008-94	30.000,00
Licenciamento Microsoft - Software Assurance	2.742.759,55	05/2013	ALLEN	48000.002071/2012-15	916.541,64
Risk Manager - Manutenção e Suporte	84.000,00	07/2013	MODULO	48000.000036/2013-42	84.000,00
Fábrica de Software	6.262.500,00	16/2013	CTIS	48000.001068/2012-84	2.500.000,00
Fábrica de Métrica	286.880,00	17/2013	TI METRICAS	48000.001068/2012-84	50.000,00
Fábrica de Testes	1.054.000,00	18/2013	RSI	48000.001068/2012-84	400.000,00
Solução Content Management System (Portal)	982.020,00	30/2013	SEA TECNOLOGIA	48000.001551/2013-41	200.000,00
Atualização Solução Anti-Spam	457.447,00	15/2013	MAHVLA	48000.000590/2013-21	50.000,00
Linha Direta Analógica	7.027,73	-	BRASIL TELECOM	48000.001229/2013-11	1.000,00
Consultoria Gartner	234.000,00	03/2014	GARTNER	48000.002225/2013-51	234.000,00
Solução de Distribuição e Aceleração de Conteúdo	1.701.000,00	-	EDGE	48000.002277/2013-26	1.100.000,00
Manutenção Ferramenta ETL	265.899,96	11/2014	SOFTTEK	48000.002287/2013-61	265.899,96
Contratação Telefonia Fixa	199.937,22		GVT	48000.002337/2013-19	120.000,00
Telefonia Fixo Comutado e Fixo Móvel - LDN e LDI Originados Fixo	375.807,17	-	EMBRATEL	48000.002337/2013-19	180.000,00
Contratação Telefonia Móvel Pessoal	591.647,16	-	CLARO	48000.002201/2013-17	385.130,80
Certificação Digital - E-CNPIJ	304,40	-	SERPRO	-	304,40
Manutenção do Cabeamento Estruturado	300.000,00	-	B2IT SERVIÇOS	48000.000463/2014-11	120.000,00
Lista de Autoridades Governamentais	5.900,00	-	LAG	-	5.900,00
Subtotal - Contratados	26.913.462,88	-	-	-	14.759.000,00

Novas Contratações					
Item	Valor Contrato R\$	Contrato nº	Empresa	Processo nº	Previsto 2015
Supporte Técnico e Atualização de Softwares Diversos	150.000,00	-	-	-	150.000,00
Supporte Técnico e Atualização ArcGiz	150.000,00	-	-	-	150.000,00
Ferramenta OLAP - Manutenção e Suporte	50.000,00	-	-	-	50.000,00
Aquisição de Certificados Digitais	10.000,00	-	-	-	10.000,00
Solução de Data Center Infrastructure Management	1.200.000,00	-	-	-	1.200.000,00
Subtotal - Novas Contratações	1.560.000,00	-	-	-	1.560.000,00



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Total Custeio	Total Previsto
	16.319.000,00

Investimento - OCU (LOA)

Contratados					
Item	Valor Contrato R\$	Contrato nº	Empresa	Processo nº	Previsto 2015
Subtotal - Contratados	0,00	-	-	-	0,00

Novas Contratações					
Item	Valor Contrato R\$	Contrato nº	Empresa	Processo nº	Previsto 2015
Aquisição de Switchs	1.300.000,00	-	-	-	1.300.000,00
Aquisição de Intrusion Prevention System	600.000,00	-	-	-	600.000,00
Atualização Sistema de Video Wall	400.000,00	-	-	-	400.000,00
Aquisição de Microcomputadores	1.500.000,00	-	-	-	1.500.000,00
Aquisição de Servidores de Rede	500.000,00	-	-	-	500.000,00
Aquisição de Câmeras IP	100.000,00	-	-	-	100.000,00
Aquisição de Firewall e Analisador	900.000,00	-	-	-	900.000,00
Ferramenta para Diagnóstico Problemas de Rede	500.000,00	-	-	-	500.000,00
Solução de Mineração de Dados	500.000,00	-	-	-	500.000,00
Atualização da Central Cisco (PABX IP)	700.000,00	-	-	-	700.000,00
Aquisição de Solução de Backup	300.000,00	-	-	-	300.000,00
Ferramenta de Auditoria	175.000,00	-	-	-	175.000,00
Plataforma para acesso remoto a computadores de usuários	80.000,00	-	-	-	80.000,00
Aquisição de Software para Gestão de Service Desk	645.000,00	-	-	-	645.000,00
Subtotal - Contratados	8.200.000,00	-	-	-	8.200.000,00

Total Investimento	Total Previsto
	8.200.000,00

Total	24.519.000,00

TABELA 12: PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE TI 2015



PROCESSO DE REVISÃO DO PDTI

Este documento entra em vigor na data de sua assinatura, sendo válido até 31/12/2015. As atualizações necessárias deverão gerar uma nova versão, observando o mesmo período de execução (2014 e 2015), na qual só terá validade desde que seja devidamente assinada e publicada.

O presente PDTI será incorporado ao Planejamento Estratégico do MME quando de sua elaboração/finalização

A Identificação das Alterações em Documentos é indicada colocando-se um colchete [], com o número da revisão, à esquerda do parágrafo ou do item modificado, no documento atual.

TERMOS E ABREVIACÕES

- a) MME: Ministério de Minas e Energia;
- b) SPOA: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração;
- c) CGTI: Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação;
- d) CIET: Coordenação de Infraestrutura de Tecnológica;
- e) CTSI: Coordenação de Tecnologia de Sistemas da Informação;
- f) DITR: Divisão de Telefonia e Reprografia;
- g) PDTI: Plano Diretor de Tecnologia da Informação;
- h) TI: Tecnologia da Informação;
- i) SI: Sistema da Informação
- j) SISP: Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
- k) SWOT: Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças).



CONCLUSÃO

Com o advento de novas regulamentações governamentais, melhorias nos controles e acompanhamentos financeiros e orçamentários, principalmente sobre os dispêndios com serviços e recursos de TI, novos instrumentos formais vêm sendo instituídos.

O PDTI é o primeiro passo para o alcance da missão da TI. Durante a elaboração do documento percebeu-se os principais potenciais e necessidades da área de TI, assim como as expectativas dos usuários em relação aos serviços disponibilizados. A partir da sua construção, percebeu-se a importância do planejamento das ações na área de TI em consonância aos objetivos estratégicos do Órgão. Também consideramos fundamental a integração com as normatizações e orientações dos Órgãos de controle específicos para TI.

O processo iniciado a partir da construção desse Plano Diretor de Tecnologia da Informação resultará em diversos benefícios. Esses benefícios serão refletidos tanto para aquisições de serviços e produtos, quanto para as ações de governança de TI. Este PDTI norteará todas as novas implementações a serem realizadas pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI, assim como será o instrumento balizador para superação das expectativas das áreas de negócio do MME.

Bibliografia

Normalização Bibliográfica: DIBIB/CODIN/SPOA

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

Guia de elaboração de PDTI do SISP: versão 1.0 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. - Brasília: MP/SLTI, 2012.
98 p.: il.

1. Tecnologia da informação. 2. Gestão pública. 3. Administração pública. I. Título

CDU 004:658



**APROVAÇÃO DOS MEMBROS DO GRUPO DE TRABALHO CRIADO COM A FINALIDADE DE
ELABORAR O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MME**

Brasília, 12 de Setembro de 2014

GABINETE DO MINISTRO

Dalton José de Oliveira

Sérgio Coelho Rocha

SECRETARIA EXECUTIVA

Widismar Martins da Silva

Ingrid Palma Araújo

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

Marcelo Sampaio Fonseca

Andrea Cristina Gomes Pereira

SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA

Juan Luis Danilo Catalán Zamudio

Domingos Romeu Andreatta

Paulo Gonçalves Cerqueira

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

Luís Mauro Gomes Ferreira

José Augusto Vieira Costa



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

SECRETARIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS

Diogo Santos Baleeiro

Rodrigo Willians de Carvalho

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Sérgio Luiz Barbosa

Hiram Costa Botelho

Diogo S. Baleeiro
Rodrigo Willians de Carvalho
Hiram Costa Botelho